

A CAFEICULTURA BRASILEIRA NO CONTEXTO DOS PROCESSO DE GLOBALIZAÇÃO E DE DESREGULAMENTAÇÃO DO MERCADO*

Celbo Antonio da Fonseca ROSAS**

Antonio Nivaldo HESPANHOL***

Resumo: As relações políticas, econômicas e sociais passaram por profundas mudanças ao longo do tempo e se (re)configuraram no território, constituindo espacialidades distintas, que se materializam com maior ou menor expressividade nas diferentes regiões. Mais recentemente essas mudanças têm sido associadas ao processo de globalização, o qual tem se refletido, direta ou indiretamente, sobre os mais diversos ramos de atividade. Um dos segmentos produtivos bastante afetado pelo processo de globalização é o do café, com repercussões econômicas, sociais e espaciais sobre os mais diferentes elementos que compõem a cadeia produtiva. Neste artigo são efetuadas reflexões sobre a cadeia produtiva do café no contexto da globalização, sendo evidenciados os agentes que ganham e os que perdem com a reestruturação produtiva implementada em decorrência das exigências impostas pelo mercado globalizado.

Palavras-chave: Globalização; cafeicultura; pequenos produtores rurais; capital e exportação.

* Este artigo é parte integrante da Dissertação de Mestrado concluída em novembro de 2002, no Curso de Pós-Graduação em Geografia da FCT/UNESP, campus de Presidente Prudente-SP. Trabalho desenvolvido com o apoio do CNPq

** Mestre em Geografia pela FCT/UNEP, campus de Presidente Prudente-SP. E-mail: tonirosas@bol.com.br

*** Professor dos cursos de Graduação e de Pós-Graduação em Geografia da FCT/UNESP de Presidente Prudente - SP.

Resumen: Las relaciones políticas, económicas y sociales pasaron por profundas transformaciones a lo largo del tiempo y se (re)configuraron en el territorio, constituyendo espacialidades distintas, que se materializaron con mayor o menor expresividad en las diferentes regiones. Pero recientemente esas transformaciones han sido asociadas al proceso de globalización, el cual se ha reflejado, directa o indirectamente, sobre las diversas ramas de actividades. Uno de los segmentos productivos bastante afectado por el proceso de globalización es el del café, con repercusiones económicas, sociales y espaciales sobre los mas diversos elementos que componen la cadena productiva. En este artículo son efectuadas reflexiones sobre la cadena productiva del café en el contexto de la globalización, siendo evidenciados los agentes que ganan y los que pierden con la reestructuración productiva implantadas como consecuencia de las exigencias impuestas por el mercado globalizado.

Palabras clave: Globalización, caficultura, pequeños productores rurales, capital y explotación.

1. AS DIFERENTES FACETAS DA GLOBALIZAÇÃO

As grandes corporações avançaram por todas partes do mundo na esteira do chamado processo de globalização, tendo como base as políticas que regulam e fiscalizam os tratados internacionais (KURZ, 1999; IANNI, 1997). Todos esses fatos servem como base para identificar significativas alterações no padrão das relações mundiais.

Existem diversas formas de se compreender como ocorre o processo de globalização em termos gerais, que se expressa territorialmente de maneira diferenciada no mundo, conforme as características que formam uma região ou um país, principalmente a partir do último quartel do século XX, ampliado pelo avanço das técnicas e da ciência, e nos países "subdesenvolvidos", após o projeto desenvolvimentista cepalino, como explicitam Santos (2000b) e Blischowsky (2000).

Já para Hobsbawn (1996), no auge do processo de desenvolvimento capitalista, o colapso do socialismo soviético se constituiu numa ruptura que se desencadeou diferentemente em todas partes do mundo, em escalas diferenciadas, anunciando uma crise do sistema global. A partir desse momento, ocorre, pela primeira vez na história, uma economia mundial única, capaz de penetrar nos Estados e de superar as ideologias impostas por cada um.

Para Chesnais (1996, p. 17) a

expressão "mundialização do capital" é a que corresponde mais exatamente à substância do termo inglês "globalização", que traduz a capacidade estratégica de todo grande grupo oligopolista, voltado para a produção manufatureira ou para as principais atividades de serviços, de adotar, por conta própria, um enfoque e conduta "globais".

O capital, ao se mundializar, envolve e engloba diversas esferas, não somente econômica e mercadológica, mas também em áreas referentes à cultura, ideologia, migração, num movimento rápido, comandado pelo avanço técnico-científico e informacional, como discutem Santos & Silveira (2001).

O avanço dessas esferas, porém, possui, via de regra, os interesses do capital. Dessa maneira, "a influência das técnicas sobre o comportamento humano afeta as maneiras de pensar, sugerindo uma economia de pensamento adaptado à lógica do instrumento" (SANTOS, 1999, p. 149). A globalização deve ser pensada, portanto, baseada sempre num desenvolvimento desigual, combinado e contraditório (SMITH, 1988), como uma multiplicidade de indivíduos que se globalizam, por acaso ou indução, conscientemente ou inconscientemente, mas que são os agentes transformadores e modeladores do mundo (IANNI, 1997).

Tecendo relações com o termo "mundialização", a "globalização" [...] não pertence apenas ao domínio econômico, nem ao sociológico isoladamente: nem à geografia em separado nem à historicidade clássica [...]. Ele implica a crítica das separações, sobretudo se elas tiverem o seu momento e sua necessidade" (BENKO, 1996, p. 42).

Dessa forma, Benko (1996, p. 44) contextualiza que "a mundialização [...] corresponde a nova distribuição histórico-geográfica e político cultural das estratégias da divisão social do trabalho em nível global". Esse processo faz

desenrolar uma nova divisão espacial e internacional do trabalho, rearticulando dentro dos países, uma nova divisão social do trabalho.

Portanto, a utilização do termo "globalização" permite a compreensão não somente do movimento econômico em termos globais, mas também de um "mosaico" intersetorial, composto por diferentes concepções, ideologias, economias, políticas e sociedades, num movimento que extrapola a dinâmica do capital, mas não foge de seu comando direto ou indireto, personificado em grandes empresas e até mesmo em Estados. Porém, toda essa relação tem como base as políticas liberais da economia.

De acordo com Marini (2000, p. 269)

O processo mundial em que ingressamos a partir da década de 1980 e que se convencionou chamar de *globalização* caracteriza-se pela superação progressiva das fronteiras nacionais no marco do mercado mundial, no que se refere às estruturas de produção, circulação e consumo de bens e serviços, assim como por alterar a geografia política e as relações internacionais, a organização, as escalas de valores e as configurações ideológicas próprias de cada país. (grifo do autor).

Todo esse processo é liderado pelos países de economia avançada principalmente pelos Estados Unidos da América, que impõem preceitos políticos e ideológicos neoliberais.

Segundo Chauí (2000, p. 28), os quatro objetivos principais do modelo neoliberal são:

1) um Estado forte para quebrar o poder dos sindicatos e movimentos operários, para controlar os dinheiros públicos e cortar drasticamente os encargos sociais e os investimentos na economia; 2) um Estado cuja meta principal deveria ser a estabilidade monetária, contendo os gastos sociais e restaurando a taxa de desemprego necessária para formar um exército industrial de reserva que quebrasse o poderio dos sindicatos; 3) um Estado que realizasse uma reforma fiscal para incentivar os investimentos privados e, portanto, que reduzisse os impostos sobre o capital e as fortunas, aumentando os impostos sobre a renda individual e, portanto, sobre o trabalho, o consumo e o comércio; 4) um Estado que

se afastasse da regulamentação da economia, deixando que o próprio mercado, com sua racionalidade própria, operasse a desregulação; em outras palavras, abolição dos investimentos estatais na produção, abolição do controle estatal sobre o fluxo financeiro, drástica legislação antigreve e vasto programa de privatização.

Este modelo foi aplicado inicialmente no Chile, nos Estados Unidos e na Inglaterra, expandindo-se posteriormente para outros países, visando, teoricamente, a reduzir a taxa de inflação, aumentando o crescimento econômico. Conforme se verifica em Chauí (2000), o primeiro objetivo foi cumprido quase totalmente, em uma primeira instância, porém, o segundo item não ocorreu a contento, pois o incentivo à especulação financeira superou os investimentos em produção, desestabilizando uma parte do modelo.

A desregulamentação do mercado repercutiu diretamente sobre a cadeia produtiva do café do Brasil, atingindo de maneira mais negativa os elos mais vulneráveis como os pequenos produtores e maquinistas. Para Silva (1998, p. 30), "o café foi um dos primeiros setores a serem atingidos pelo fenômeno da globalização da economia. Em julho de 1989 caíram as cláusulas econômicas do Acordo Internacional do Café [AIC] e em março do ano seguinte foi extinto o Instituto Brasileiro do Café [IBC]."

Por representar um dos setores mais afetados pela globalização, há grande dificuldade de continuidade dos acordos internacionais e da manutenção de políticas internas, havendo, no cenário atual, pouca perspectiva para a criação de novos acordos de cotas e restrições produtivas.

No Brasil, os três aspectos fundamentais que caracterizaram a posição dos economistas neoliberais, conforme evidencia Bielschowsky (2000, p. 37-8), são:

a) eram partidários do princípio de redução da intervenção do Estado na economia brasileira; b) manifestavam-se continuamente a favor de políticas de equilíbrio monetário e financeiro, evitando a discussão dos seus efeitos sobre o nível de renda e emprego; e c) não propunham medidas de suporte ao projeto de industrialização e eram freqüentemente contrários a essas medidas. (grifo nosso).

Nota-se que os objetivos traçados pelo modelo neoliberal foram trazidos para o Brasil com muita clareza, e bem direcionados em suas decisões, sem mudanças marcantes para a adequação à realidade brasileira. Dessa maneira, o processo de globalização, inserido no modo de produção capitalista (e/ou por ele criado e intensificado), apoiado por políticas internas de não intervenção nos aspectos sociais e infra-estruturais (ou intervenção negativa), principalmente, acarreta ao Brasil diversos problemas, como o crescimento do desemprego, a ênfase ao monetarismo e ao capital financeiro, a terceirização (aumento no setor de serviços), sendo que a ciência e a tecnologia passaram a ser agentes de acumulação. Além disso ocorrem

desintegração vertical da produção, tecnologias eletrônicas, diminuição dos estoques, velocidade na qualificação e desqualificação da mão-de-obra, aceleração do *turnover* da produção, do comércio e do consumo pelo desenvolvimento das técnicas de informação e distribuição, proliferação do setor de serviços, crescimento da economia informal e paralela, e novos meios para prover os serviços financeiros (desregulação econômica e formação de grandes conglomerados financeiros que formam um único mercado mundial com poder de coordenação financeira). (CHAUÍ, 2000, p. 31, grifo do autor).

Englobam-se mecanismos controladores de Estados,

[...] através do qual o capitalismo funciona, num país periférico como o Brasil: os efeitos ruptores objetivos se transformam numa deficiência subjetiva que só poderia ser superada através da adesão ao sistema. Como se os brasileiros fossem prisioneiros de um estado de paralisia que os força a repetir indefinidamente para si próprios: Nós somos o que não somos; e não somos o que somos. (SANTOS, 1998, p. 24-5).

Neste sistema, o conceito de lugar², como espaço do cidadão³, passa a representar diferentes papéis ao se mundializar, sendo afetado por diversos vetores, que ao abranger políticas nacionais que influenciam todo o país, conduzem as decisões sociais dos lugares, inscrevendo muitas ocorrências do todo no

lugar⁴. Porém, cada lugar possui uma oposição à globalização, ao mesmo tempo em que a engloba. Para Santos (1999, p. 258)

O lugar é o quadro de uma referência pragmática ao mundo, do qual lhe vêm solicitações e ordens precisas de ações condicionadas, mas é também o teatro insubstituível das paixões humanas, responsáveis, através da ação comunicativa, pelas mais diversas manifestações da espontaneidade e da criatividade.

Já para Haesbaert (2002), consubstanciado na análise de diversos autores, o lugar, "além de envolver características mais subjetivas, na relação dos homens com seu espaço, em geral implica também processos de identificação, relações de identidade." (p. 138).

Dentre as diversas análises realizadas, Haesbaert (2002) enfatiza o caráter de relativa estabilidade dos lugares, como em Yu-Fu Tuan (1983), e totalmente ao oposto dessa concepção, na análise de Certeau (1997), que "lembra que cada lugar é próprio, não exatamente por ser dotado por um sentido particular" (HAESBAERT, 2002, p. 139), mas pelo fato dos elementos que o compõem, se localizarem uns ao lado dos outros, em seus próprios lugares, pois quando o lugar é utilizado e praticado socialmente, ele se torna espaço, ou seja, a espacialidade do lugar.

Dessa forma, as influências externas, como por exemplo a redução do preço do café, refletem ações que modificarão o lugar, e este, enquanto todo, e utilizado, espacializa-se, sendo a base e o reflexo do todo, e a partir dessas modificações possíveis, em um eterno movimento social, o lugar torna-se diferenciado dos outros, abrangendo sua especificidade de formação histórica, com todas as suas características peculiares e particulares, mas que muitas vezes podem se confundir com as de outros lugares, mas nunca sendo a mesma, e nunca desligado da concreticidade do real, fazendo parte do todo, mesmo aquele sendo o todo em diversos momentos.

Porém, para Kurz (1999, p. 39),

O capitalismo, isto é, a produção de mercadorias desencadeada até constituir um sistema de reprodução, na forma do automovimento do dinheiro, nunca pretendeu, desde o princípio, estabelecer a pura "liberdade de mercado",

intenção que, repentinamente, lhe imputam os ideólogos provenientes da direita e também da esquerda.

Esse direcionamento demonstra que o movimento foi modificado e direcionado por forças políticas, e não somente pelo "movimento natural" de mercado, para o deguste de veemência própria (privada) e/ou de Estados.

Composto pelas características arroladas, o processo de globalização pode ser analisado, principalmente, de três formas diferentes, conforme explicita Santos (2000).

Primeiramente, a análise da globalização ocorre baseada nas vertentes impostas pela "máquina ideológica", decorrente de uma "ideologização maciça" pautada e aguçada pelo modo de produção capitalista. Essa ideologização encobre diversos argumentos e dados referentes à globalização, além da aparência de que este processo poderia ser capaz de unir todas as sociedades, diminuindo as desigualdades sociais e econômicas. Para Santos (2000, p. 19)

É como se o mundo se houvesse tornado, para todos, ao alcance da mão. Um mercado avassalador dito global⁵ é apresentado como capaz de homogeneizar o planeta quando, na verdade, as diferenças locais são aprofundadas. Há uma busca de uniformidade, ao serviço dos atores hegemônicos, mas o mundo se torna menos unido, tornando mais distante o sonho de uma cidadania verdadeiramente universal. Enquanto isso, o culto ao consumo é estimulado.

Os interesses motivados pela ação do capital direcionam as ações de grupos e empresas de várias ordens, ditados por fatores essenciais para o direcionamento das ações capitalistas, gerando o processo de globalização, mas utilizados de maneira aglutinadora para as próprias conveniências, comandadas por desejos políticos economicamente particulares.

De acordo com Santos (2000, p. 24), os fatores que contribuem decisivamente para explicar a globalização atual são: "a unicidade da técnica, a convergência dos momentos, a cognoscibilidade do planeta e a existência de um motor único na história, representado pela mais-valia globalizada", ou seja, a utilização direcionada das técnicas pelas políticas contemporâneas.

A segunda interpretação de Santos (2000, p. 19-20), pode ser realizada compreendendo as realidades do mundo, e como o processo incorpora os países e suas sociedades.

O desemprego crescente torna-se crônico. A pobreza aumenta e as classes médias perdem em qualidade de vida. O salário médio tende a baixar. A fome e o desabrigo se generalizam em todos os continentes. Novas enfermidades como a SIDA se instalam e velhas doenças, supostamente extirpadas, fazem seu contorno triunfal. A mortalidade infantil permanece, a despeito dos progressos médicos e da informação. Alastram-se e aprofundam-se males espirituais e morais, como os egoísmos, os cinismos, a corrupção.

A essência do capitalismo encontra-se impregnada dos elementos que afloram diante da globalização, rearticulados por atores que dividem o espaço, direcionando os objetivos que mais o interessam, fragmentando ainda mais a sociedade, pautada nas regiões e nos países.

A terceira análise corresponde às mudanças cabíveis ao processo de globalização. Embora se reconheça que este processo é irreversível, há algumas saídas para que esta seja mais humanitária, com menos desigualdades e exclusões. Porém, tais alternativas só seriam possíveis com a articulação de diversos poderes mundiais, lutando em torno de um único objetivo traçado previamente, buscando a diminuição das diferenças entre lugares e no interior das sociedades.

Para que ocorram estas mudanças, as bases nas quais se referia Santos (2000), precisam ser postas a serviço de outros fundamentos, comandados por personagens atuantes diferenciados dos atuais, de cunho social e político, nos planos teórico e empírico, para que não se desestruture, também, as economias dos países mais afetados pelo lado negativo da globalização, principalmente aqueles cujo modelo neoliberal foi implantado, como no Brasil.

Segundo Boff (2000, p. 25-6)

[...] temos que superar um perigoso obstáculo que é a forma atual como se processa hegemonicamente a globalização, pela economia capitalista competitiva e parcamente cooperativa. É a idade da pedra lascada da globalização que, se não impede outras formas como a política, a cultural e a espiritual, pode limitá-las consideravelmente. Caso não passarmos para formas mais benevolentes de globalização, corremos o risco de grandes devastações da biosfera e de comprometimento do futuro do nosso tipo de humanidade.

Corre-se o risco eminente de cada vez uma maior parcela da população brasileira se encontrar subordinada aos interesses daqueles que comandam os "países centrais", tornando-se, novamente, uma nova colônia (neocolonialismo) de exploração do capital, como tendência ao processo exposto.

Outra discussão sobre o processo de globalização é realizada por Mészáros (2002, p. 63-4).

O termo "globalização" entrou em moda nos últimos tempos – mas evita-se cuidadosamente falar sobre o tipo de "globalização" viável sob o domínio do capital. [...] É melhor que se deixe de fora de qualquer questionamento legítimo o fato de que o processo de globalização, como de fato o conhecemos, se afirma reforçando os centros mais dinâmicos de dominação (e exploração) do capital, trazendo em sua esteira uma desigualdade crescente e uma dureza extrema para a avassaladora maioria do povo, pois as respostas de um escrutínio crítico poderiam entrar em conflito com as políticas seguidas pelas forças capitalistas dominantes e seus colaboradores espontâneos no "Terceiro Mundo". No entanto, com essa globalização em andamento, que se apresenta como benéfica, nada se oferece aos "países subdesenvolvidos" além da perpetuação da taxa diferenciada de exploração.

Mészáros (2002) enfatiza ainda mais a necessidade de novas perspectivas para o desenrolar do processo de globalização vigente, que aparentemente, aparece totalmente benéfica em sua própria essência, mas que divide claramente não somente segmentos de classes dentro de um país, mas principalmente, o afloramento dessa diferenciação entre países que detêm maior poder econômico e político, e aqueles dependentes destes.

Fica claro, portanto, que o processo de globalização, da forma como se processa atualmente, prioriza alguns aspectos, sobretudo aqueles que estão relacionados diretamente ao capital, utilizando-se por meio de diversas técnicas, de uma (re)configuração espacial, excluindo classes sociais e países dessa reorganização, e utilizando-se deles para seu crescimento e desenvolvimento.

De acordo com Bonanno et alii (1994), o que está ocorrendo em nível mundial, é uma nova divisão internacional do trabalho, redefinindo os diferentes setores de produção e financeiro, espalhando-se e materializando-se pelo mundo rapidamente, acelerada pelo processo tecnológico.

2. AS RECENTES TENDÊNCIAS DO MERCADO INTERNACIONAL DO CAFÉ

Desde o final do século XIX, quando o café representava mais de 80% da receita brasileira (SAES, 1997), ocorriam variações no preço do produto, não havendo acordos concretos no comércio internacional, sem mecanismos reguladores capazes de equacionar o ganho dos maiores produtores, e de alicerçar a produção dos pequenos, juntamente com o conjunto da produção voltada para a exportação.

O café é, portanto, um produto capaz de impulsionar e comandar a economia de um país. A importância dessa atividade, principalmente em países "subdesenvolvidos", realça o setor primário no âmbito econômico. Este fato não desmerece o país ou o setor, mas proporciona mais uma fonte para a geração de divisas, servindo também para a manutenção do pequeno produtor no campo. A produção cafeeira gera um aumento na receita cambial dos principais países produtores, correspondendo a aproximadamente 5,5% da balança comercial, gerando aproximadamente 7 milhões de empregos no campo e nos setores que compreende o complexo agroindustrial do café (COUTINHO, 1993).

Porém, ao se analisar a configuração espacial da atividade cafeeira como um todo (em seus diversos níveis), houve consenso em torno das questões relativas às oscilações de preço do produto, levando os vários elementos da cadeia produtiva do café a admitirem a necessidade de se criar de um órgão federal para conduzir a política cafeeira, realizar acordos internacionais e a incentivar as exportações no período pós II Guerra Mundial.

Para se compreender a formação do preço do café em âmbito global, é necessário considerar o valor integrado, composto pelos vários elos da cadeia produtiva que se encontram ligados tanto a oferta quanto a demanda do produto final. O preço é definido a partir do custo de produção do café enquanto matéria-prima, acrescido do valor agregado pelo primeiro processamento⁶, dos custos de transporte, do valor agregado pelo segundo processamento (torrefação, moagem e solubilização do café) e distribuição (comercialização) do produto.

Dentre os vários elos que compõem a cadeia produtiva do café, o que apresenta maior incorporação de força de trabalho (sofrendo mais com as oscilações de preços e sustentando muitas vezes os outros elos, possuindo uma renda final menor, proporcionalmente ao tempo e a quantidade produzida),

é o dos produtores agrícolas, sendo os "pequenos" os que enfrentam as maiores dificuldades e os que relutam para permanecer na atividade.

Apesar de o Brasil representar no cenário mundial, a posição de maior exportador de café, atualmente esta hegemonia encontra-se ameaçada, pois no início do século XX o país exportava aproximadamente 80% do total mundial, e atualmente, exporta apenas 25% do total (SAES, 1997).

A cadeia produtiva do café não apresenta fortes articulações entre os seus elos. Não há nas principais regiões produtoras, a articulação direta entre os produtores e os setores de beneficiamento/processamento e de comercialização/exportação. Nas áreas em que a produção é realizada em maior escala e com padrão de qualidade mais elevado tal articulação é mais pronunciada. A grande maioria dos pequenos produtores, entretanto, não participa dessa integração, ficando totalmente desarticulados e dependentes dos atravessadores e pequenos maquinistas.

É neste sentido que Saes (1997, p. 45), ao tratar das periodizações que marcaram a história da política voltada para o café no Brasil, enfatiza que

dos primórdios da intervenção até 1929, a política regulatória brasileira teve um caráter circunstancial, agindo em momentos de crise; de 1930 até o final da década de 1940, a política caracterizou-se pelo intervencionismo consciente, destacando a implantação do DNC (Departamento Nacional do Café); de 1951 a 1989, marcado pela coordenação do Estado no sistema cafeeiro nacional, com a criação do IBC (Instituto Brasileiro do Café) e a regulamentação internacional. Este último período finaliza com a desregulamentação: extinção do IBC e não assinatura do AIC [Acordo Internacional do Café] com relação às cláusulas econômicas.

A criação do IBC (Instituto Brasileiro do Café) em 1952 se deu baseado nas oscilações de preços e especulações conseqüentes da Guerra da Coreia (1950-53), e do congelamento de preços e salários nos EUA, que fizeram decair o preço do café no cenário mundial. O IBC possuía como metas centrais a defesa do preço do café em todos os segmentos, o incentivo à produção de melhores tipos de plantas, além da realização de pesquisas e estudos econômicos, como discute Landim (1985).

Outro objetivo do IBC era, mesmo que de forma indireta, transferir parte da renda obtida no mercado cafeeiro para outros setores da economia, como explicitam Delfim Netto & Pinto (1973), possibilitando que o Estado se apropriasse de parte do excedente da comercialização do café. Na verdade, a política do IBC possuía resoluções voltadas para além dos interesses da classe cafeeira, tendo o Estado papel fundamental na tomada de decisões nos acordos firmados.

Desde a criação do IBC até o ano de 1989, quando foi extinto, as decisões e ações do órgão vinculavam-se à política econômica do país, pois eram essas que direcionavam o preço do produto, dependendo das oscilações de qualquer ordem vinculada à economia global. Dessa forma, ocorriam vicissitudes entre a força produtiva do Brasil, o preço do café no mercado Internacional, e as políticas internas do país.

A variação dos preços do café pode ser compreendida se analisada da seguinte maneira. Exemplificando, se por algum motivo, os preços do café são elevados em um período, a tendência é que os produtores passem a plantar ainda mais pés de café, que entrarão em produção em um período posterior a três anos. "Na medida em que essa plantação adicional começa a produzir e seus frutos ingressam no mercado, a oferta ultrapassa em muito a demanda. Os preços tendem a cair e o mercado se estabiliza a níveis muito baixos de preços" (MALTA & MILANEZ NETTO, 1973, p 7-8).

Porém, antes da extinção do IBC, em 1989, foi criada a Associação Brasileira da Indústria do Café (Abic), com o objetivo de fazer a certificação da qualidade e de estimular o consumo do café no país. Para tal efetivação, foi criado o Selo de Pureza da Abic, destinando a aplicação de recursos em *marketing*, buscando cada vez mais o reconhecimento do café nacional no mercado.

3. O BRASIL NO ACORDO INTERNACIONAL DO CAFÉ (AIC)

Juntamente com as políticas econômicas implementadas no Brasil, o governo procurou ampliar a ajuda ao setor cafeeiro, regulamentando e discutindo acordos juntamente com outros países produtores de café, para obter uma partilha nos custos das políticas de valorização, que vinham ocorrendo desde a primeira grande crise no setor, em 1930.

Em 1962, juntamente com a criação do Acordo Internacional do Café (AIC), foi criada a Organização Internacional do Café (OIC), visando a operacionalizar os acordos, facilitar e viabilizar as negociações entre os países envolvidos. A OIC passou a ser constituída pelo Conselho Internacional do Café; pela Junta Executiva; e pela Diretoria Executiva.

O Conselho Internacional do Café era o órgão supremo da OIC, e composto por representantes de todos os países da Organização, que possuía na década de 1970, 64 países membros, sendo 41 deles exportadores de 95% do café mundial. As quotas de exportação eram decididas pelos votos dos membros representantes de cada país, e o Brasil sempre possuiu a maior quota para exportação. (COUTINHO, 1993).

Já a Junta Executiva era composta por oito representantes de países exportadores e oito de países importadores e tinha como objetivo examinar e discutir previamente as questões a serem submetidas ao Conselho. O Diretor Executivo exercia um papel crucial, cabendo-lhe implementar o que fora deliberado pela junta sem se deixar influenciar pelos interesses das partes.

A regulamentação no mercado mundial de café, garantia o cumprimento dos acordos sobre os preços e as cotas de exportação entre os países produtores, os importadores e os consumidores, mantendo algumas bases de sustentação, como o compromisso de controlar a expansão horizontal do plantio de novos cafezais, para que houvessem estabilização na oferta e funcionalidade do sistema de cotas, regulando também, os estoques nacionais, pois a atuação ocorria sempre que se apresentavam grandes safras e problemas climáticos, havendo riscos de desestabilização dos preços.

O sistema de cotas ou confisco cambial foi estabelecido com base numa "política típica de cartel", para que ocorresse a manutenção dos preços do café, que obteve sucesso devido a participação do maior país comprador, os EUA. A concordância de cotas teve vigência, de acordo com Saes (1997, p. 92), nos seguintes períodos: "de 1965 a 1972; de 1981 a 1985; e de 1988 a 1989." Essa cota permitia ao IBC recolher recursos para a aplicação em políticas de regulamentação de preços, além do desvio para o Estado, que implantava os recursos em outros setores econômicos. Porém, as cotas recaíam diretamente ao produtor agrícola, que perdia entre 60% e 70% do preço do café exportado, conforme discute Agudo (1981).

O acerto dos preços do café era de interesse tanto dos produtores rurais, como das grandes empresas processadoras e torrefadoras do produto, pois a estabilidade na oferta garantia a manutenção dos níveis de venda do produto. No caso da redução da oferta, havia o aumento do preço e a consequente queda do consumo.

Segundo Saes (1997, p. 96), "[...] os países produtores continuaram a aumentar a produção de café, e o sucesso do AIC na manutenção dos preços ocorreu devido ao papel regulador do mercado brasileiro que se firmou como ofertante residual".

Sendo o Brasil uma base de sustentação para o AIC, qualquer anomalia que ocorresse no país afetaria todo o cenário mundial. Este fato ocorreu nos anos posteriores à seca de 1985, resultando no aumento do preço do produto em 1986/87, período em que o sistema de cotas entraria em suspensão. Assim, segundo Saes (1997, p. 102)

[...] as pressões opostas dos países produtores, que desejavam aumentar a sua participação no mercado mundial de café (com preços de cartel), e dos países consumidores, que se mostravam descontentes com a distorção de preços e qualidade entre os cafés vendidos aos países membros e aos não membros tornaram a manutenção das cláusulas econômicas do AIC insustentável.

Apesar do AIC ter sido rompido no ano de 1989, o preço do café havia começado a entrar em declínio a partir de meados da década de 1980, pois os ganhos advindos da política de regulamentação começaram a ser inferiores aos custos de manutenção de tal política.

Dentre os principais motivos dessa decadência, encontram-se a "estratégia adotada por consumidores e produtores na regulação do mercado [...] durante [...] o Acordo Internacional do Café (AIC)." (COUTINHO, 1993, p. 1). Países produtores como a Colômbia, Indonésia, Vietnã, México, países da América Central, alguns africanos (Etiópia, Uganda, Costa do Marfim), mantiveram os preços do café artificialmente elevados, pela ação dos governos locais, expandindo assim sua área cultivada e sua produção, pressionando a cota brasileira no cenário internacional, fazendo com que ocorresse a diminuição nos preços.

A partir de meados da década de 1980, segundo Coutinho (1993, p. 33)

Por um lado, o rompimento das cláusulas econômicas do Acordo Internacional do Café (AIC) ocorreu em um momento onde os estoques eram altos e mesmo na vigência das cotas e preços, para todos os tipos de café, apresentavam tendência declinante. Por outro, o desempenho da cafeicultura é comprometido pela extinção do Instituto Brasileiro do Café (IBC).

Sem os mecanismos de estabilização do preço do café interno, sem a realização de compras do produto pelo Estado, os impactos maiores da crise seriam refletidos principalmente nos pequenos produtores de café, pois a baixa rentabilidade, juntamente com a saída do Estado do setor, aliados à conjuntura externa, fizeram com que diversos grupos em regiões produtoras de café abandonassem a atividade.

Aliado a este fato, pode-se destacar a baixa qualidade do produto brasileiro, pois o extinto IBC visava exportar grandes quantidades, não levando em consideração a qualidade ofertada. Porém, o mercado comprador⁸, principalmente os EUA⁹, Canadá, Japão e alguns países europeus (escandinavos e Países Baixos, principalmente), tomavam-se cada vez mais seletivos e exigentes no consumo, requerendo sempre mais qualidade no café. E neste ponto, os principais países concorrentes do Brasil desenvolveram produtos de maior qualidade.

Os cafezais mais apreciados pelos principais importadores, são do tipo arábica, principalmente da variação suave e, pelo fato de serem os mais saborosos, são os que possuem os preços mais elevados no mercado internacional. Conseqüentemente, o valor de produção desse tipo de café e sua manutenção são maiores que de outros tipos (Robusta, Sumatra, Mundo Novo, etc.), o que pode acarretar, num cenário sem regulamentação de mercado, acordos de preços mínimos e/ou quedas repentinas no preço internacional do café, levando às regiões produtoras, uma acentuada crise entre os produtores, independentemente de sua capacidade econômica.

Após o rompimento do AIC, e a conseqüente desregulamentação do mercado cafeeiro, vários setores entraram em crise, principalmente aqueles referentes aos pequenos produtores. Em contrapartida, ocorreu um aumento

nas forças de grandes grupos empresariais, principalmente as torrefadoras de café, possuindo capacidade de diversificar sua produção, conseguindo influenciar diretamente nos preços internacionais do produto.

No cenário de uma economia globalizada emergem novas articulações no âmbito da cadeia produtiva do café na década de 1990, por meio da criação, no ano de 1993, da Associação dos Países Produtores de Café (APPC) que vinha a atuar na correção e elevação dos preços do café, que se encontravam muito baixos. Porém, a APPC possui normativa diferente dos antigos acordos sobre o café, dadas às características atuais do mercado mundial globalizado, que impedem a adoção de medidas de controle de preço.

Com essas características, há a necessidade de aperfeiçoar cada vez mais a produção, desenvolvendo-a conforme exigências do mercado consumidor, ocorrendo uma mudança na maneira de produzir, e na capacidade produtiva, ou seja, levando muitos pequenos produtores à decadência, e em contrapartida, incentivando a produção noutras regiões, ocorrendo uma migração espacial da produção.

Dessa forma, a APPC, não estando em condições de impor mecanismos compulsórios, visto o panorama atual do mercado, busca atrair para a associação empresas privadas, por meio da implantação de um sistema de informações sobre o café, já que os principais compradores não são mais os países, mas sim grupos econômicos. Dessa maneira, o café, sendo uma *commoditie*, passa a ter papel muito importante para as grandes empresas, dadas as aplicações nos mercados de Londres e Nova Iorque, por exemplo. Além do mais, o México, que firmou o compromisso de fornecer a *commoditie* para o mercado norte-americano por meio do North American Free Trade Agreement (NAFTA) não pode integrar a APPC, pois não terão condições de realizar futuras retenções do produto.

4. A INDÚSTRIA BRASILEIRA DE CAFÉ

A desregulamentação do setor cafeeiro em âmbito internacional, trouxe diversos problemas aos produtores rurais brasileiros e aos demais agentes que compõem a cadeia produtiva do café. Essa crise foi ainda maior, pois não havia no país políticas imediatas para conter a queda nos preços, sustentando o setor. Constata-se, portanto, que as políticas e rompimentos de acordos internacionais não foram as únicas responsáveis pela crise no setor, pois somado

a eles, o governo brasileiro não estava preparado para intervir, regulando os preços.

A consequência direta desses acontecimentos, que ocorreram desde meados da década de 1980, afetou os pilares de sustentação mais sujeitos ao desmoronamento, que são os pequenos produtores de café, distribuídos principalmente nos estados de São Paulo, Paraná, Minas Gerais e Espírito Santo. Os dois primeiros estados segundo os dados do IBGE, apresentaram queda na produção de 34 e 60%, respectivamente desde 1960, enquanto que os dois últimos, tiveram um aumento de 132 e 30% no mesmo período¹⁰.

Os pequenos produtores rurais, que se encontravam inseridos no mercado por meio da produção de café, foram submetidos à variação e a queda nos preços do produto, encontrando grandes dificuldades para continuarem produzindo em virtude da baixa rentabilidade obtida com a venda do produto.

A maioria desses produtores procurou outras alternativas de produção, dirigindo-se principalmente para a pecuária de corte e leiteira, para a fruticultura e para as lavouras temporárias, dependendo da região em que se encontravam.

As regiões em que a economia se consubstanciava na produção de café realizada em pequenas propriedades, como o Extremo Noroeste do Estado de São Paulo, por exemplo, entraram em processo de estagnação econômica.

A produção de café passou a ser realizada em escala mais ampliada e num padrão tecnológico mais avançado em outras regiões do país, destacando-se os Estados do Espírito Santo e Minas Gerais. Nessas novas regiões os produtores contam com apoio oficial, são mais capitalizados e encontram-se vinculados às empresas agroindustriais e/ou cooperativas. Fica evidente que o café é dotada de melhor qualidade do que aquele vendido por pequenos produtores das antigas zonas de produção, com maior aceitação no mercado internacional.

As indústrias torrefadoras e de moagem de café, inseridas nessa política macro, ampliaram a sua competitividade no mercado, tanto interno quanto externo. A estratégia de concorrência entre essas grandes empresas é a de investir na diferenciação de produtos, procurando uma maior segmentação do mercado e oferecendo produtos com qualidade do mercado internacional, fazendo com que o Brasil ocupasse a terceira posição no ranking mundial de consumidores.

A crise que atingiu a cafeicultura a partir de meados da década de 1980, desestabilizou e retirou grande parte dos produtores de café desse ramo, como enfatizado anteriormente. As safras dos anos anteriores, porém, fizeram com que se acumulasse uma grande quantidade do produto. Mesmo assim, atualmente, o café possui uma pequena participação nas receitas cambiais e tributos obtido pelo governo, não dependendo tanto desse produto, como ocorrera em grande parte da história do Brasil.

Mesmo assim, de acordo com Coutinho (1993, p. 8)

Os estoques brasileiros alcançam cerca de 17,2 milhões de sacas, formado em sua maior parte por excedentes da colheita de 1987. Caberia uma política de renovação através de aquisições combinadas com liberações. Na verdade estamos diante de um patrimônio público que alcança cerca de US\$ 700 milhões e que não pode ser desconsiderado.

A ocorrência de uma quantidade considerável de café retido nos estoques brasileiros, faz com que ocorra maior rebaixamento nos preços, principalmente nas grandes empresas agroalimentares, sendo que o Brasil possui aproximadamente 17 milhões de sacas armazenadas, o equivalente a aproximadamente 47% dos estoques mundiais.

Nos países compradores de café, os ramos que contribuem para aproximadamente 80% de toda importação mundial, encontram-se concentradas em grandes empresas, como a Coca-Cola, Cargill, Nestlé, e General Foods, que foi adquirida em 1985 pela Philip Morris, e que em 1990 também adquiriu a Jacobs Suchard, e em 1986 a General Foods adquiriu a Kenco. Fazem parte também desse oligopólio, as empresas Aron, Bozzo, Sucden, Yolkait, Procter & Gamble, Raigner, Rothofos, E.D. & F. Man, entre as principais, como afirmam Zylbersztajn (1992), Coutinho (1993) e Saes (1997). Nota-se, portanto, que esse mercado livre do café não é verdadeiramente, pois há uma grande concentração nos setores de comércio e industrialização do produto, com o comando de grandes grupos multinacionais. Não há, portanto, mais países compradores de café, mas sim um mercado com características oligopsonistas, possuindo vários "poucos vendedores" e poucas empresas compradoras.

Esse estoque ocorreu devido a queda nos preços internacionais a partir de 1986/7, que gerou outras graves consequências para os principais

países produtores, e sobretudo para os exportadores e, principalmente, para os cafeicultores, principalmente os pequenos.

Juntamente com as dificuldades nas quais se deparavam os pequenos produtores de café, encontram-se as torrefadoras e máquinas de pequeno porte, geralmente de tradição familiar nos negócios. Aquelas que não saem do ramo, necessitam de adequação em diversos programas internos, como o gerenciamento de estoques, vendas e principalmente os recursos humanos, para se adaptarem ao novo mercado concorrencial que englobou o ramo da cafeicultura no auge do processo de globalização da economia, baseada justamente na concorrência econômica, e no liberalismo de mercado, onde apenas os que possuem grande capacidade produtiva, contemplando a qualidade buscada pelos consumidores, conduzida pela inserção de novas tecnologias nos setores a montante, a jusante, e na própria atividade agrícola, conseguem se destacar.

Com a extinção do AIC, em 1989, e a desregulamentação do mercado, houve a reestruturação do comércio mundial de café. Com as perdas dos países produtores, sobretudo entre os cafeicultores e os exportadores, e com o ganho significativo dos setores importadores dos principais países consumidores, os pequenos produtores de café dos países produtores não suportaram a concorrência e a falta de apoio oficial, permanecendo na cafeicultura, sobretudo os grandes produtores, tendo havido também o deslocamento espacial da produção, conforme enfatizou-se.

Essa migração espacial ocorreu, em algumas regiões, principalmente, pelos incentivos que outros estados proporcionavam aos produtores, além de políticas voltadas especificamente para essa cultura.

No caso do Estado de São Paulo houve redução da produção em praticamente todas as zonas produtoras, exceto nas regiões de Mogi Mirim, Garça, Franca e São João da Boa Vista, a maioria das quais apresentaram melhoria na qualidade do café e se encontram geograficamente mais próximas das novas zonas produtoras, especialmente do estado de Minas Gerais¹¹.

Todo esse processo de desregulamentação nos âmbitos interno e externo, traz diferentes conseqüências às regiões onde se encontram a maior quantidade de produtores, baseado em suas diferencialidades, como maior infra-estrutura. Para Coutinho (1993, p. 35)

Produtores marginais em regiões decadentes – norte do Paraná, sorocabana, araraquarense e alta paulista em São Paulo – encontram-se em processo de exclusão do setor. [...] A decadência de regiões produtoras vincula-se a diferentes tipos de problemas. Em São Paulo, as regiões com predomínio dos produtores de pequena escala e grande dependência dos maquinistas e outros intermediários tiveram grande dificuldade para manter as lavouras. A araraquarense, paulista e sorocabana lideram o arranque de café no Estado de São Paulo. Fatores complementares tornaram inviáveis a continuação do cultivo como: idade das plantas – às vezes superior a 30 anos, ataque de nematóides e acidez do solo.

Em contraposição às regiões de Minas Gerais e do Espírito Santo, que tiveram uma implantação de infra-estrutura propícia para a continuação e ampliação da cafeicultura, muitas regiões do estado de São Paulo e Paraná tiveram dificuldades de continuar a produção, levando à quase estagnação da produção de café.

Até o momento da crise que assolou os cafeicultores a partir de meados da década de 1980, os estabelecimentos com área inferior a 100 ha correspondiam a uma produção de aproximadamente 54% do total (IBGE). Depois da crise, houve a erradicação de muitos cafeeiros, sendo direcionada a produção para a vertente qualidade do produto, reduzindo essa gama de produtores do cenário de produção de café¹².

Os agricultores tiveram que seguir para outras alternativas de produção. Muitos deles acabaram assalariando-se em outros estabelecimentos, demonstrando claramente a crise que os cercava. Outros, porém, procuraram nas lavouras temporárias, como a fruticultura, ou até mesmo a pecuária, principalmente a leiteira.

Outro setor que sofreu com a desregulamentação, foi o de máquinas de beneficiamento de café, encontrado em regiões de cultivo consubstanciado principalmente na pequena propriedade.

Em várias áreas, a produção se manteve elevada até meados da década de 1980, quando o preço de venda do café compensava aos produtores. Juntamente com a decadência dos produtores, os maquinistas que dependiam da produção realizada pelos pequenos produtores, também entraram em decadência econômica.

As máquinas de café que permanecem no setor atualmente, encontram-se com seus equipamentos obsoletos, em geral localizados nas regiões de produção decadente, sem projetos para melhorá-los, pois essas empresas, via de regra, são de pequeno porte.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A decadência do café nos estados de São Paulo e Paraná, deveu-se, essencialmente a redução de preços causada pelas oscilações no mercado mundial globalizado, decorrente do término do AIC e refletindo no Brasil com a extinção do IBC, que envolveu a redução dos preços do café, desestimulando e inibindo os investimentos nos cafezais, levando a uma (re)territorialização da produção¹³, que se deslocou para outras regiões do país, atendendo as exigências do mercado global, com a aplicação em técnicas e produtos mais “modernos”, garantindo maior competitividade no mercado mundial, que se fundiu em oligopólios industriais no cenário contemporâneo.

Conforme as perspectivas contemporâneas do processo de globalização, ocorre nos setores produtivos uma especialização produtiva, ou seja, há um decréscimo da capacidade de produção, como no caso do café, ocorrendo no Brasil uma diminuição da área plantada com café, porém, com um aumento na quantidade colhida, o que representa maior produtividade, decorrente do avanço tecnológico e de melhoramento genético e produtivo. A tendência produtiva observada por Marx (1983), de que a produção se tornaria cada vez mais especializada, e que o produto estaria cada vez mais dirigido pelo capital, passa a ocorrer no Brasil, ou seja, principalmente nos estados de Minas Gerais e Espírito Santo, com a manutenção da produção em algumas áreas do estado de São Paulo.

O processo de globalização é irreversível, e sua representatividade expressa diferentes culturas e objetivos. Embora esse processo, da forma como se concebe atualmente, seja expropriador, diferenciado e direcionado, afirma e exhibe características e fenômenos nunca antes observados. É um processo útil, no tocante da utilização de suas técnicas. O que se questiona, é a forma como se utiliza dessas técnicas, ou seja, as políticas de intervenção estatal e de empresas, que afunilam seus objetivos buscando a acumulação de capital.

Foi necessário que ocorresse tal processo, sobretudo no meio rural. Mas não se acompanhou sua expansão por inteiro, sendo que poucos segmentos rurais tiveram acesso à globalização enquanto fornecedora na qualidade produtiva, mesmo considerando que os pequenos produtores expropriados deste, estivessem inseridos em tal processo. É necessário oferecer condições para que esses produtores consigam ter acesso ao processo e seus benefícios, só assim a globalização não será excludente e perversa (SANTOS, 2000).

Esse processo foi capaz, de certa maneira, (in)diretamente, de reduzir toda a área plantada com café dos estados de São Paulo e Paraná, deslocando-se e consolidando-se, conforme as exigências do mercado globalizado, nos estados de Espírito Santo e, principalmente, Minas Gerais. Embora houvesse uma redução na área plantada com café no Brasil como um todo, apresentou-se um aumento na quantidade produzida, demonstrando a utilização de técnicas produtivas mais eficazes. Entretanto, ter-se-ia que se expandir e oferecer condições para que os pequenos produtores rurais a utilizassem, aumentando ainda mais a produção e o trabalho neste segmento social, e indiretamente, em setores vinculados a este.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGUIUDO, José A. M. *O assalto ao café vítima: o produtor*. São Paulo: Soma Ltda, 1981.
- BIENKO, Georges. *Economia, Espaço e Globalização*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. *O Brasil: Território e Sociedade no Início do Século XXI*. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- HIRLSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento Econômico Brasileiro: o Cielo Ideológico do Desenvolvimentismo*. 4. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.
- IBOP. *Depois de 500 anos: que Brasil queremos?* Petrópolis: Vozes, 2000.
- MONNANO, A. et alii. *From Columbus to ConAgra: the globalization of agriculture and food*. Kansas. University Press, 1994.
- CBRTEAU, M. *A Invenção do cotidiano*. 2. ed. Morar, cozinhar. Petrópolis: Vozes, 1997.
- CHAUI, Marilena. Ideologia Neoliberal e Universidade. In: OLIVEIRA, F.; PAOLI, Miriu C. (orgs). *Os Sentidos da Democracia: Políticas do dissenso e hegemonia global*. Petrópolis: Vozes, Brasília: NEDIC, 2000b. p 27-51.
- CHESNAIS, François. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xanã, 1996.

COUTINHO, Luciano G.; FERRAZ, João Carlos; SANTOS, Abílio dos; VEIGA, Pedro da Motta. **Estudo da Competitividade da Indústria Brasileira - Competitividade da Indústria do Café**. Campinas: IE/UNICAMP, 1993.

DELFINO NETO A.; PINTO, C. A. A. O café do Brasil: 20 anos de substituição no mercado. In: **Ensaio sobre o café e desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: IBC, 1973.

HAESBART, Rogério. **Territórios Alternativos**. Niterói: EdUFF; São Paulo: Contexto, 2002.

HOBBSBORN, E. **Era dos extremos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

IANNI, Octávio. **A era do globalismo**. 3.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

KOSIK, Karel. **Dialética do Concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

KURZ, Robert. **O colapso da modernização: da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial**. 5.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

LANDIM, J. F. P. Notas sobre um modelo de intervencionismo estatal na economia: a "quota de contribuição" do café. In: FERREIRA FILHO, A. *et al.*. **A intervenção do Estado na economia: o caso do café**. Brasília: UNB, 1985. p. 17-28.

MALTA, Mauro Moitinho; MILANEZ NETTO, João F. A.. **O café e sua importância econômica**. Rio de Janeiro: IBC, 1973.

ARINI, Ruy Mauro. **Dialética da Dependência**. Petrópolis: Vozes; Buenos Aires: CLACSO, 2000.

MARX, Karl. Manuscritos Econômicos e Filosóficos. In: FROMM, Eric. **Conceito Marxista de Homem**. Rio de Janeiro: Zahar, 1983b.

MÉSZAROS, István. **Para além do Capital**. São Paulo: Boitempo; Campinas: UNICAMP, 2002.

SAES, Maria Sílvia Macchione. **A Racionalidade Econômica da Regulamentação no Mercado Brasileiro de Café**. São Paulo: ANNABLUME, 1997.

SANTOS, Laymert Garcia dos. Tecnologia, natureza e a "redescoberta" do Brasil. In: ARAUJO, Hermes Reis de. (org.). **Tecnologia e Cultura: ensaios sobre o tempo presente**. São Paulo: Estação Liberdade, 1998.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Espaço e Tempo: Razão e Emoção**. 3.ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

_____. **Por uma Outra Globalização**. Rio de Janeiro - São Paulo: Record, 2000.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: Território e Sociedade no Início do Século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. Globalização: convergências e exclusões. In: OLIVEIRA, F.; PAOLI, Maria C. **Os Sentidos da Democracia: Políticas do dissenso e hegemonia global**. Petrópolis: Vozes, Brasília NEDIC, 2000b. p. 163-176.

SILVA, Robério. Hora da verdade. *Agroanalysis. A revista de economia agrícola da FGV* Rio de Janeiro, nº 11, vol. 18, p. 30, nov. de 1998.

SMITH, Neil. **Desenvolvimento Desigual**. Rio de Janeiro Bertrand Brasil, 1988.

TUAN, Yu-Fu. **Espaço & Lugar**. São Paulo: Difel, 1983.

VILELA, Sérgio Luiz de Oliveira. Globalização e emergência de múltiplas ruralidades: reprodução social de agricultores via produtos para nichos de mercado. Campinas: UNICAMP, 1999. (Tese de Doutorado).

ZYLBERSZTAJN, D. *et al.* **O Sistema Agroindustrial do café**. Análise e Estratégia - Relatório Final. São Paulo, vol. 1 e II, 1992.

Notas

¹ Cf. Benko, 1996, p. 71.

² Para Santos (2000, p. 112) "Os lugares são, pois, o mundo, que eles reproduzem de modos específicos, individuais, diversos. Eles são singulares, mas também são globais, manifestações da totalidade-mundo, da qual são formas particulares".

³ Ainda de acordo com Santos (2000, p. 113), "Nas condições atuais, o cidadão do lugar pretende instalar-se também como cidadão do mundo. A verdade, porém, é que o 'mundo' não tem como regular os lugares. Em consequência, a expressão cidadão do mundo torna-se um voto, uma promessa, uma possibilidade distante. Como os atores globais eficazes são, em última análise, anti-homem e anticidadão, a possibilidade de existência de um cidadão do mundo é condicionada pelas realidades nacionais. Na verdade, o cidadão só o é (ou não o é) como cidadão de um país". Porém, ser cidadão de um país, sobretudo em um território desigual, pode constituir apenas uma cidadania integral, subordinada sempre no modo de produção capitalista, na qual o consumo é prêmio do ser cidadão, sendo que os lugares têm que sofrer revalorizações, adequações com a realidade mundial e com os cidadãos que nele produzem e reproduzem.

⁴ Segundo Kosik (1976, p. 41-2) "Se a realidade é um todo dialético e estruturado, o conhecimento concreto da realidade não consiste em um acrescentamento sistemático de fatos a outros fatos, e de noções a outras noções. É um processo de concretização que procede do todo para as partes e das partes para o todo, dos fenômenos para a essência e da essência para os fenômenos, da totalidade para as contradições e das contradições para a totalidade; e justamente neste processo de correlações em espiral no qual todos os conceitos entram em movimento recíproco e se elucidam mutuamente, atinge a concreticidade".

⁵ Realmente se pode considerar o mercado como global, mas apenas para uma pequena parcela hegemônica de grandes setores industriais e mercadológicos, que aumentam e sustentam as regalias que a globalização lhes oferecem.

⁶ No setor de primeiro processamento de café encontram-se as máquinas de beneficiamento e rebeneficiamento, que são capazes de eliminar, quando bem reguladas, até 99% das cascas, sujeiras da colheita e resíduos celulósicos, capazes de alterar o aroma da bebida.

⁷ Cf. SAES, 1997, p. 92-3.

⁸ O mercado importador de café restringe-se a algumas grandes empresas multinacionais, não representando o mercado consumidor.

⁹ Os EUA são o maior mercado importador de café do mundo, sendo também o maior importador do produto do Brasil, mas vem apresentando redução no consumo desde a década de 1990.

¹⁰ Apesar da grande derrocada do café nos estados de São Paulo e Paraná, houve um a ampliação nas áreas de produção no Brasil, demonstrando que o país como um todo, não perdeu a característica de maior produtor mundial de café, mas com outra dimensão produtiva, conforme as necessidades do novo mercado consumidor.

¹¹ As regiões de Minas Gerais que possuem grande produção de café são Varginha, Patrocínio, Manhuacu, São Sebastião do Paraíso e Poços de Caldas, dentre as que possuem maior produção.

¹² Essa crise teve também influências do GERCA, da década de 1960, que objetivava erradicar os cafezais brasileiros, e da geada de 1975.

¹³ A (re)territorialização da produção de café, é assim chamada pois, em decorrência dos problemas apresentados regionalmente, não havia mais possibilidades, em um curto período, de retomada de produção pelos produtores, ficando incapacitados de reaplicar neste cultivo conforme as novas necessidades do mercado globalizado, diferentemente de outros produtores de Minas Gerais, Espírito Santos, e algumas regiões de São Paulo, que conseguiram estabilizar suas produções.